



presente o ministro que é, caracteriza-se por ser um animador de ministérios. É aquele que está sempre ao lado de todos os ministros especialmente dos ordenados e instituídos.

O que a CNBB representa para o seu ministério episcopal?

Sou bispo há 11 anos. Sinto-me perfeitamente integrado com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Vejo-me irmão e servo de todos os bispos. Isto me incentiva a ser irmão e servo do presbitério na Igreja Particular.

Nos seus 50 anos de existência, a CNBB tem amarcado de modo positivo a colegialidade dos bispos. Não me sinto franco atirador. É com os irmãos que procuro testemunhar e agir. Muitos aspectos positivos é possível citar, como: o profetismo, o testemunho, a evangélica opção pelos pobres, o espírito de comunhão e solidariedade. O que mais marca o Brasil é a espiritualidade de comunhão existente entre os bispos. Os documentos, as Assembléias, as Diretrizes..., tantas e tantas orientações fazem com que a CNBB more no coração de cada bispo. Quero também destacar o processo que a Campanha da Fraternidade vem marcando a evangelização. A CNBB representa Jesus Cristo auxiliando no processo de evangelização. A CNBB é fundamental para a minha vida ministerial. É a vida dos bispos e da Igreja.



O artigo trata do cuidado pastoral da Igreja/CNBB com as vocações e os ministérios. E o faz em três passos: apresentando elementos da história do trabalho vocacional da Igreja no Brasil, do período tridentino aos dias de hoje. Em seguida, o autor apresenta as balizas teológicas que permitem colher os avanços da Igreja no Brasil, em seu cuidado pastoral para com as vocações e ministérios, dando especial destaque para: vocação batismal de todo o povo de Deus, a animação vocacional no contexto eclesial latino-americano, a necessidade do fundamento teológico na animação vocacional, as bases antropológicas da vocação, e a animação vocacional como serviço prioritário na Igreja de servidores. Finalmente, são feitas algumas projeções indicativas para o futuro da animação vocacional na Igreja/CNBB. Aqui, alerta para a necessidade de, diante das novas situações, cultivar o espírito de vigilância, ao mesmo tempo que se faz necessário manter seu comportamento profético característico. Fundamental para isso é a atenção aos desafios presentes e a retomada do bom espírito do Vaticano II, como base para a promoção de todas as vocações e todos os ministérios.

Igreja: Povo de servidores – O Serviço de Animação Vocacional da CNBB

José Lisboa Moreira de Oliveira, SDV



A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) está completando 50 anos de existência. É um momento oportuno para avaliarmos a caminhada da Igreja no Brasil. Nesta perspectiva de avaliação será possível verificar os aspectos positivos do caminho percorrido, bem como as fraquezas ou debilidades da nossa Igreja.

Um dos aspectos que podem e devem ser abordados é aquele da preocupação, ou, se quisermos, do *cuidado pastoral* da Igreja com as *vocações* e os *ministérios*. Trata-se de verificar como, nestes cinquenta anos de existência, a CNBB olhou e animou a dimensão vocacional da Igreja no Brasil. Dimensão esta fundamental, co-natural e essencial para a existência da própria comunidade cristã e, conseqüentemente, para a sua missão de anunciar a Boa Notícia que nos foi trazida por Jesus Cristo¹. Com a expressão “animação vocacional” entendemos não apenas o esforço da Igreja para suscitar vocações para o presbiterato e a vida religiosa, mas o dinamismo da ação evangelizadora que pensa e entende a Igreja como *Ekklesia*, ou seja, como “comunidade de vocacionados e vocacionadas”, como “convocação” ou *assembléia dos chamados e chamadas*, como Povo de Deus².

Para refletir sobre a questão vamos, inicialmente, em rápidas pinceladas, recordar os principais momentos da história da animação vocacional promovida pela CNBB no arco da sua existência. Em seguida, iremos identificar os pontos luminosos, ou seja, as balizas teológicas mais significativas e as atividades pastorais mais preciosas, nascidas no bojo de uma ação evangelizadora que tentou inculturar-se. Por fim, num terceiro momento, faremos uma espécie de projeção, buscando indicações para o nosso futuro.

1. Traços históricos da animação vocacional no Brasil

a) Antes do Vaticano II

Quando, em 1500, os portugueses aportaram no Brasil, os tempos eram muito difíceis para a Igreja Católica Romana. Esta, na Europa, enfrentava as primeiras grandes reações que culminaram na *reforma protestante*. O clima era o da *crístandade*, ou seja, “de religião cristã unida ao Estado”³. O regime

¹ Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, n.º 34.

² Cf. JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, n.º 34; CNBB, *Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, Paulinas, São Paulo, 1983³, nn. 244-245.

³ AZZI, R., *A Sé primacial de Salvador. A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)*, volume I – Período Colonial, Vozes – UCSAL, Petrópolis, 2001, p. 15.



era o do *padroado*, segundo o qual os papas concediam aos soberanos portugueses o direito de administração dos negócios eclesiásticos. Na prática isso significava uma ingerência da Coroa portuguesa sobre a vida concreta da Igreja Católica Romana no Brasil, inclusive no que diz respeito aos aspectos vocacionais. Por muito tempo, Portugal irá decidir o futuro do clero, as nomeações de bispos, a vinda ou não de congregações e assim por diante. Havia assim uma identificação entre Igreja e Estado, embora, no final das contas, o que existia era uma verdadeira subordinação da Igreja Católica Romana ao Reino português, coisa que perdurará também durante o Império, até a proclamação da República⁴.

Em 1549, com o primeiro governo geral, Tomé de Souza, chega um projeto evangelizador de contra-reforma. A ação da Igreja no Brasil será condicionada pelo concílio de Trento, sobretudo no campo vocacional. Tudo vai estar voltado para a questão das *vocações sacerdotais* e da implantação dos seminários, de acordo com as prescrições tridentinas. Inicialmente há um desejo de incrementar o cultivo das vocações nativas, logo barrado pelo preconceito racial e religioso⁵. Este modelo permanecerá em vigor até praticamente a realização do Concílio Vaticano II.

Podemos então dizer, com uma certa tranqüilidade, que a animação vocacional nos primeiros dez anos da CNBB foi ainda segundo os moldes de Trento⁶. “A Pastoral Vocacional, antes do Concílio, é caracterizada principalmente pela ênfase nas vocações sacerdotais e por uma intensa campanha junto ao povo, especialmente através da Obra das Vocações Sacerdotais (OVS). A OVS tem como finalidade principal rezar pelas vocações e obter recursos para a manutenção dos Seminários”⁷.

b) A partir do Vaticano II

O Vaticano II representou uma verdadeira reviravolta para toda a comunidade cristã. Mas a Igreja em nosso país, respondendo ao apelo do papa João XXIII feito ao CELAM no dia 15 de novembro de 1958, preparou-se para essa transformação. Com o Plano de Emergência (PE) lançado em 1962, ainda no início do Concílio, a CNBB quis mobilizar todas as forças para colocar a

⁴ Cf. *ibid.*, pp. 20-24.

⁵ Cf. OLIVEIRA, J. L. M. DE, “‘Limpeza de sangue’: exemplos de preconceitos vocacionais”, em *Espírito* 88 (março de 2002), pp. 6-20.

⁶ Cf. CNBB, *A Pastoral Vocacional no Brasil. História e perspectivas*, Paulus, São Paulo, 1987, pp. 17-25.

⁷ *Id.*, *Guia pedagógico de Pastoral Vocacional*, Paulus, São Paulo, 1983, p. 9.



Igreja em condições de responder aos desafios daquele momento. Além da reorganização de seu método, da elaboração de projetos, pensou especificamente na necessidade de “despertar a consciência vocacional” do povo de Deus, através de uma eclesiologia de comunhão, onde também os cristãos leigos e as cristãs leigas pudessem participar mais intensamente e não apenas de forma excepcional e limitada. A diocese e a paróquia deixavam de ser puras instâncias burocráticas, administrativas, e passavam a ser autênticos espaços onde todo o povo de Deus respondia, em comunhão, ao chamado divino. O mérito do PE foi pensar a Igreja a partir de uma nova eclesiologia, dando assim suporte a uma ação de maior comunhão e de maior participação de todas as pessoas batizadas⁸.

Por causa do PE, logo após o Concílio, vamos encontrar “uma Igreja confiante, organizada e até otimista, apesar da consciência de muitos problemas antigos e de novos desafios emergentes”⁹. Por isso, já no primeiro Plano de Pastoral de Conjunto (PPC) da CNBB, elaborado para o período 1966-1970, foi inserida uma grande preocupação com a dimensão vocacional. Nasce assim o Secretariado Nacional de Vocações (SNAV) e o Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV), com o objetivo de promover uma reflexão teológico-pastoral, a formação de animadores e animadoras vocacionais e incentivar atividades da pastoral vocacional¹⁰.

Em 1970, durante a 11.^a Assembléia Geral do Episcopado, os princípios gerais e os elementos básicos da Pastoral Vocacional foram novamente assumidos pelos bispos do Brasil. Em 1971, com a 12.^a Assembléia Geral, entram em vigor os novos estatutos da CNBB e determina-se a criação do “Setor Vocações e Ministérios”, que passa a integrar a Linha 1, pensada inicialmente para tratar do Povo de Deus na sua *unidade* e na *pluriformidade* de respostas. A partir desta perspectiva a preocupação com as vocações deixa de estar voltada somente para as assim chamadas “vocações sacerdotais”. Sente-se no PPC a influência determinante do capítulo V da *Lumen Gentium*, o qual fala da vocação universal à santidade e da diversidade de caminhos para se chegar à vivência plena deste chamamento divino. Por outro lado, as vocações específicas (dos cristãos leigos e leigas, da vida consagrada e dos ministérios ordenados) são vistas dentro desta unidade da santidade, cujo fundamento e embasamento é a *vocação batismal*. Em 1973, a 14.^a Assembléia Geral da CNBB volta a ocupar-se da questão, mas insiste sobretudo na necessidade do

⁸ Cf. ID., *A Pastoral Vocacional no Brasil. História e perspectivas*, Paulus, São Paulo, 1987, pp. 41-42.

⁹ ID., *Guia pedagógico de Pastoral Vocacional*, op. cit., pp. 9-10.

¹⁰ Cf. ID., *A Pastoral Vocacional no Brasil. História e perspectivas*, op. cit., pp. 42-47.



acompanhamento das diversas formas de vocações e ministérios. Era já visível a crise vocacional pós-conciliar, marcada pelo abandono do ministério ordenado e da vida religiosa por parte de milhares e milhares de pessoas¹¹.

c) Crise vocacional

A década de 1970 a 1980 foi marcada por uma grande crise vocacional que afetou profundamente o presbiterato e a vida religiosa. Muitas foram as saídas e poucas as entradas nas casas religiosas e nos seminários. Todavia, a CNBB, naquele período, soube encaminhar a questão vocacional de maneira séria e honesta, aprendendo também com o que se passava no interior da Igreja. Soube, por exemplo, perceber que a crise instalada era fruto normal do processo de purificação trazido pela clareza dada pelo evento conciliar. Tratava-se de uma *tensão* entre o tradicional que custava sair e o novo que chegava. Os bispos concluíram então que era necessário fazer opções pastorais prioritárias, da quais iria depender a renovação e o revigoreamento da Igreja, também no campo da animação vocacional¹².

Evitando uma visão ingênua, com a ajuda do CERIS, a CNBB olha a realidade de forma mais correta e científica. Colhe dados e tenta identificar as causas que estão por trás da crise. Percebe fatores sociais, políticos, econômicos, mas também causas internas, eclesiais e eclesiásticas. O Brasil estava mudando e a Igreja também. Era preciso mudar a metodologia no tocante à animação vocacional. Diante desta situação era indispensável: a) enfatizar a dimensão *missionária* da evangelização; b) rever o conceito de pastoral e a sua prática, passando da pastoral de “conservação” para a evangelização; c) cuidar da dimensão vocacional de toda a Pastoral Orgânica, evitando que a questão vocacional fosse apenas um apêndice ou uma atividade paralela à de toda a Igreja; d) olhar a Pastoral Vocacional como dinamismo da Educação da Fé em Comunidade; e) fazer a dimensão vocacional interagir com a Catequese, com a Juventude, com a Família e com as Comunidades Eclesiais de Base e outros espaços de atuação de adultos cristãos e de cristãos adultos; f) organizar a Pastoral Vocacional nas dioceses e paróquias, com a constituição das Equipes Vocacionais¹³.

¹¹ Cf. ID., *A Pastoral Vocacional. Realidade, reflexões e pistas*, Paulus, São Paulo, 1974, pp. 46-49.

¹² Cf. *ibid.*, pp. 49-50.

¹³ Cf. *ibid.*, pp. 50-63.



d) Efeitos da crise

Toda crise, em si, é *acrisolamento*, ou seja, purificação de elementos ruins e descoberta dos verdadeiros valores. Assim sendo, a crise vocacional que atingiu o Brasil na década de setenta serviu para abrir os horizontes da Igreja na direção de outros elementos da animação vocacional. A partir de 1973, a pastoral vocacional da Igreja no Brasil vai dar maior atenção à vocação e à missão dos cristãos leigos e leigas e aos novos ministérios que a eles podiam ser confiados. A realidade mostrava que havia uma concentração dos ministérios na pessoa do presbítero e que estava da hora de começar uma diversificação. Ficava claro para a CNBB que “as vocações específicas (presbiterato, vida religiosa) bem como os ministérios não são funções burocráticas, mas especificações, que manifestam, pelo seu testemunho, o mistério de comunhão eclesial, a serviço da humanidade local e concreta”¹⁴.

A partir desta visão começaram a surgir em praticamente todas as dioceses do Brasil uma variedade e diversidade de ministérios não-ordenados, os quais eram confiados aos cristãos leigos e leigas. Dentro deste prisma bastante significativo percebeu-se o valor e o significado do *diaconato permanente*, restaurado pelo Concílio Vaticano II. As instituições de formação de presbíteros passaram por uma profunda revisão. Elas buscaram adaptar-se à nova realidade, com a preocupação de verdadeiramente formar *pastores* do povo. Aos poucos foi-se percebendo que o eixo principal da formação presbiteral era o *pastoral*, ao qual todos os outros deviam estar intimamente relacionados. Havia a preocupação de uma formação diversificada, encarnada, de acordo com a realidade das Igrejas locais, sem, porém, perder a relação com a Pastoral Orgânica da Igreja no Brasil. Nesse período foi bastante significativa a experiência eclesial que sabia unir perfeitamente a inserção concreta nos contextos específicos de cada diocese e a abertura para uma dimensão mais universal. Foi o tempo forte de ações bem localizadas, tempo dos mártires, mas também do auge de atividades que atingiam todo o Brasil, como, por exemplo, a Campanha da Fraternidade¹⁵.

e) As duas últimas décadas

Este processo de mudança e de incremento de uma nova pastoral vocacional culmina com a aprovação, em 1981, durante a 19.^a Assembléia Geral da CNBB, de três grandes realizações: a elaboração de um *Guia*

¹⁴ *Ibid.*, p. 66.

¹⁵ *Cf. ibid.*, pp. 65-106.



Pedagógico de Pastoral Vocacional, a consagração do ano de 1983 como *ano vocacional*, e a instituição do mês de agosto como *Mês Vocacional*. Nessa ocasião pedia-se também que se realizasse uma “mentalização vocacional do povo”, bem como a criação, nos Regionais, de Centros de Formação de Animadores e Animadoras Vocacionais. Determinou-se ainda a instituição, em cada Regional, do Setor de Vocações e Ministérios, coordenado por um bispo, o qual deveria ser o centro de articulação do trabalho vocacional do Regional com as orientações da CNBB Nacional e com cada uma das dioceses¹⁶.

A publicação do Guia Pedagógico ajudou no esboço de uma teologia da vocação e das vocações mais de acordo com a perspectiva lançada pelo Vaticano II e, mais tarde, pelas Conclusões de Puebla. A celebração do Ano Vocacional e a realização do Mês Vocacional, contribuíram para a criação de uma verdadeira mentalidade vocacionista nas comunidades. Multiplicaram-se as iniciativas e as atividades vocacionais nas dioceses e paróquias. Tudo isso foi despertando os jovens e as jovens para uma opção vocacional na vida consagrada e nos ministérios ordenados.

Aos poucos a crise vai sendo superada e nota-se um aumento progressivo das vocações. O Serviço de Animação Vocacional se estrutura e se dinamiza nos diversos Regionais, graças também ao impulso que é dado a partir do Setor Vocações e Ministérios da CNBB. O processo de formação dos presbíteros vai definindo o seu rosto através das primeiras Diretrizes Básicas aprovadas em 1984. Em 1993 surge o Instituto de Pastoral Vocacional, com sede em São Paulo, reunindo congregações e institutos de carisma vocacional, com o objetivo de somar forças para servir a Igreja no campo das vocações. Em 1995, após a Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*, as Diretrizes para a formação dos presbíteros passam por uma nova revisão e são aprovadas. Tal revisão é feita através de um grande mutirão envolvendo os formadores, os formandos, bispos, presbíteros, pessoas de vida consagrada, cristãos leigos e leigas. Em 1999, durante a 37.^a Assembléia Geral da CNBB, foi aprovado o “Documento 62” sobre a Missão e os Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas. Ainda nesse mesmo ano acontece, em Itaici, o 1.^o Congresso Vocacional do Brasil e, em agosto de 2000, o 1.^o Seminário Nacional sobre a Formação Presbiteral. Na 39.^a Assembléia Geral (2001), o Episcopado aprova a realização de um segundo ano vocacional (2003) e a realização do 2.^o Congresso Vocacional para 2005.

2. Balizas teológicas mais significativas

Este olhar retrospectivo sobre a caminhada da animação vocacional da CNBB, nestes seus cinquenta anos de existência, nos permite colher também

¹⁶ *Cf. ID., Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, op. cit., nn. 257-264.



alguns avanços teológicos bastante significativos. Estes “pontos luminosos” são importantes porque demonstram como a nossa Igreja soube acolher, interpretar e aplicar de modo bastante corajoso as indicações do Vaticano II e os apelos lançados pela Conferência de Medellín em 1968. Além disso, tais avanços foram bem recebidos pelas Igrejas locais de outros continentes, as quais passaram a ver a nossa Igreja como um verdadeiro “laboratório teológico”, onde nasciam experiências bastante significativas, importantes para o futuro das demais comunidades eclesiais.

As reflexões teológicas que se produziam aqui no Brasil eram muito ricas porque não resultavam de um labor puramente acadêmico, mas vinham de uma prática eclesial bem concreta, vivida e assumida por muitas de nossas Igrejas locais. Os nossos teólogos não eram “homens burocratas”, gente de escritaninha, mas pessoas profundamente inseridas na realidade. Por isso, a reflexão causava impacto e era acolhida de forma surpreendente. Certamente seriam muitas as indicações neste campo. Mas devido ao limite da nossa reflexão, vamos nos deter apenas sobre aquelas que consideramos as mais significativas.

a) A vocação batismal

Vimos que antes do Concílio Vaticano II todo o trabalho vocacional estava voltado para a questão da vocação do presbítero, ou, como se dizia na época, para a “Obra das Vocações Sacerdotais”. Fazer pastoral vocacional consistia praticamente em organizar grupos que rezassem pelas “vocações sacerdotais” e conseguissem dinheiro para manter os seminários.

O Concílio provoca uma mudança radical, resgatando a dimensão bíblica da vocação, apresentando-a como chamado universal à santidade¹⁷. Como fundamento deste chamamento encontrava-se o batismo. Este evidenciava o elemento comum, a comum dignidade de todas as pessoas vocacionadas, mas, ao mesmo tempo, destacava o específico, ou, se quisermos, a singularidade de cada vocação, devido à diversidade suscitada pelo Espírito. “Toda vocação particular na Igreja se inscreve no prolongamento da graça batismal”, dizia, em 1973, o texto final do 1.º Congresso Mundial das Vocações¹⁸.

A animação vocacional realizada no Brasil a partir do Vaticano II estará fundamentada nesta perspectiva. Tanto os textos como as atividades de pastoral vocacional serão alimentadas pela convicção de que o despertar e o

¹⁷ Sobre esta questão veja-se OLIVEIRA, J. L. M. DE, *Nossa resposta ao Amor: Teologia das vocações específicas*, Loyola – IPV, São Paulo, 2001, pp. 19-51.

¹⁸ CNBB, *A Pastoral Vocacional. Realidade, reflexões e pistas*, op. cit., p. 10.



desenvolvimento das vocações dependerão da fidelidade à vocação batismal¹⁹. A partir daí foi surgindo a consciência de que toda a Igreja deve ser *ministerial*, ou seja, “deve estar *inteiramente voltada para o serviço*”, o que implicava “fidelidade total a Cristo e, em Cristo, ao homem e à sua história”²⁰. Por essa razão a Igreja Católica Romana no Brasil, logo depois do Concílio, durante o período cruel da ditadura militar, vai aos poucos se distanciando do poder civil e assumindo posturas mais corajosas em favor das vítimas do sistema. Passa a ser uma Igreja *mártir*.

Esta redescoberta do significado da vocação batismal, além de levar a Igreja do Brasil na direção dos oprimidos, foi também a responsável pelo incremento de uma infinidade de ministérios e serviços, possibilitando assim uma atuação mais direta dos cristãos e das cristãs em favor dos que, na sociedade brasileira, estavam excluídos. Os bispos convocavam veementemente os demais fiéis, afirmando “que *todos* na Igreja são chamados a assumir um serviço, um ministério”, uma vez que a distribuição “dos serviços ou ministérios na Igreja constitui um teste fundamental e condição essencial de sua fidelidade ao Evangelho”²¹. Tinha-se, desta forma, uma Igreja *em permanente estado de missão*, uma Igreja onde todos e todas eram chamados e chamadas a *participar*. Todos os membros da Igreja eram convocados para a missão, uma vez que o Batismo e a Confirmação conferem tanto os direitos como os deveres e a responsabilidade da participação²².

b) Animação vocacional a partir de uma visão de Igreja

Outra baliza significativa foi a consciência de que a atividade vocacional está intimamente relacionada com a *experiência* e a *visão* de Igreja²³. Os primeiros passos da CNBB na direção da animação vocacional já manifestam essa consciência: “A Pastoral vocacional seja feita a partir da visão da Igreja como um *povo de servidores*, dentro do pluralismo das vocações, ministérios e carismas. A animação vocacional deve brotar das comunidades, como

¹⁹ Cf. *ibid.*, p. 24.

²⁰ Cf. ID., *Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, op. cit., n.º 133.

²¹ *Ibidem*.

²² Cf. *ibid.*, n.º 134.

²³ Sobre a questão da importância da experiência eclesial e da visão de Igreja para a animação vocacional veja-se OLIVEIRA, J. L. M. DE, *Teologia da vocação. Temas fundamentais*, Loyola – IPV, São Paulo, 1999, pp. 47-79. Com relação às diversas tendências dentro da Igreja no momento atual veja-se LIBÂNIO, J. B., *Cenários da Igreja*, Loyola, São Paulo, 1999.



responsabilidade de todos, e se dirigir a todas as categorias da Igreja: leigos, religiosos, diáconos, presbíteros, bispos”²⁴.

Neste texto, que reflete a práxis da Igreja no Brasil desde o imediato pós-concílio, encontramos alguns elementos significativos. Antes de tudo a afirmação de que o modelo de Igreja indispensável para um bom serviço vocacional é o de uma Igreja *Povo de Deus*, onde todas as pessoas são servidoras e onde a unidade não é confundida com uniformidade, mas é unidade *na* pluralidade. Em seguida, a constatação de que o serviço de animação vocacional deve acontecer no âmbito da comunidade eclesial, nunca fora dela ou paralela a ela. O contrário disso é “pirataria vocacional” que só causa males para a Igreja. Um terceiro elemento é a conclusão de que a pastoral vocacional deve ser assumida por *toda* a Igreja e não por apenas algumas pessoas. Isso pode acontecer somente numa comunidade que, através de um sério processo de educação da fé, descobriu-se como *ekklesia*, ou seja, como comunidade de vocacionados e vocacionadas, como “assembléia” daqueles e daquelas que foram convocados e convocadas pela Trindade²⁵. Por fim, o quarto elemento diz respeito a uma maior *eclesialidade* da animação vocacional, convidada a voltar-se para todas as vocações e não apenas para a questão da vocação do presbítero.

c) Necessidade de uma reflexão teológica

A terceira baliza encontrada na experiência do trabalho vocacional da CNBB é a constatação de que a prática da animação vocacional deve ser sustentada por uma *teologia da vocação e das vocações*. É indispensável uma reflexão séria sobre o que, de fato, é a vocação, enquanto chamado divino e resposta da pessoa humana. Não basta rezar e trabalhar pelas vocações. É necessário saber com clareza de qual vocação estamos falando. Saber se o que estamos propondo na pastoral vocacional está em sintonia com o que se poderia chamar de “desígnio divino”. Além disso, verificar se estamos atentos para as mediações humanas que permitem uma resposta generosa, livre, sincera da pessoa. Isso mostra também a importância de uma teologia das vocações específicas, ou seja, uma reflexão sobre os diversos modos concretos com os quais a pessoa chamada pode responder com prontidão ao chamamento divino. Disso resulta a urgência da organização da pastoral específica das vocações, encarregada de sensibilizar toda a comunidade cristã acerca da universalidade do chamado²⁶.

²⁴ CNBB, *Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, op. cit., n.º 244.

²⁵ LG, 2-4; JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, n.º 34.

²⁶ Cf. CNBB, *A Pastoral Vocacional. Realidade, reflexões e pistas*, op. cit., pp. 10-12.



Esse tipo de reflexão teológica foi-se desenvolvendo ao longo dos Encontros Nacionais de Pastoral Vocacional e nos diversos Seminários de Pastoral Vocacional. Tais seminários e encontros eram promovidos pelo Secretariado Nacional das Vocações (SNAV) e pelo Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV). Foram mais intensos no período que vai de 1965 a 1968. Esta reflexão teológica promovida pela CNBB sobre a vocação e as vocações é inspirada no Concílio Vaticano II: destaca a vocação batismal, a vocação universal à santidade e valoriza a dimensão antropológica. Não podemos esquecer que muito contribuíram para a consolidação dessa teologia alguns eventos vocacionais internacionais como o 1.º Congresso Latino-americano de Vocações, realizado em Lima (Peru), no ano de 1967, a própria Conferência de Medellín, e o 1.º Congresso Mundial das Vocações, acontecido em Roma, no ano de 1973²⁷.

d) Base antropológica da vocação

Vimos anteriormente que a reflexão teológica sobre a vocação e as vocações, nascida aqui no Brasil, valorizava a dimensão antropológica. Este é um dado que precisa ser inserido entre os “pontos luminosos” da animação vocacional da CNBB. De fato, até a época do Vaticano II acentuava-se em demasia a origem e a natureza divinas da vocação, deixando de lado o dado antropológico. Pouco ou quase nada se falava da pessoa que estava assumindo um determinado tipo de vocação. Tinha-se como pressuposto a crença de que a assim chamada “graça de estado” haveria de suprir as deficiências da natureza humana, embora fosse já doutrina comum, desde a época da Escolástica, que a graça supõe a natureza²⁸.

Certamente a realidade ajudou nesta redescoberta e revalorização da dimensão antropológica da vocação cristã. O contexto brasileiro, fortemente marcado pelas injustiças e pelas desigualdades sociais, contribuiu para uma revisão da questão da opção. Numa sociedade onde prevalecia a condição desumana, onde a maioria lutava pela sobrevivência, onde era grande a frustração, tornou-se indispensável refletir seriamente sobre estes pressupostos antropológicos da vocação. Era comum a pergunta sobre a real possibilidade de uma resposta consciente e livre por parte de candidatos e candidatas²⁹. Por

²⁷ Cf. ID., *A Pastoral Vocacional no Brasil. História e perspectivas*, op. cit., pp. 47-80.

²⁸ No que diz respeito à dimensão antropológica da vocação veja-se ID., *Guia pedagógico de Pastoral Vocacional*, op. cit., pp. 26-29; MANENTI, A., *Vocação, Psicologia e Graça*, Loyola, São Paulo, 1990; BAQUERO, V., “Critérios antropológicos para o discernimento vocacional”, em SÍVERES, L. (org.), *Discernimento Vocacional*, Loyola, São Paulo, 1993, pp. 39-75; OLIVEIRA, J. L. M. DE, *Teologia da Vocação*, op. cit., pp. 117-129.

²⁹ Cf. CNBB, *A Pastoral Vocacional no Brasil. História e perspectivas*, op. cit., pp. 57-60.



isso, em 1983, por ocasião do Ano Vocacional, a CNBB afirmava: “A vocação cristã ou uma vocação específica não anulam, mas antes ressaltam as dimensões *humanas*, antropológicas, de toda vocação. Em nome de uma vocação específica, nunca se poderão esquecer ou negar as exigências da *natureza humana*, enquanto elas têm origem e fundamento no próprio plano de Deus Criador”³⁰.

e) Prioridade do Serviço de Animação Vocacional

A reflexão e prática foram ajudando a CNBB a perceber que o Serviço de Animação Vocacional era algo indispensável à vida da Igreja. Aos poucos foi-se percebendo que não era possível ter uma Igreja renovada, fiel a Cristo e fiel à humanidade, sem uma sensibilização e uma animação vocacional capazes de despertar para o compromisso, para o serviço, para a missão. Por isso, desde o Plano de Emergência, de 1962, a pastoral vocacional vai sendo incluída entre as principais atividades evangelizadoras. Na 11.ª Assembléia Geral do Episcopado, realizada em 1970, os bispos lembravam a eles mesmos que a tarefa do acompanhamento vocacional é uma missão confiada a *todos* os pastores da Igreja. Recordavam também que “o problema vocacional está intimamente conexo com a formação e o crescimento da comunidade cristã”³¹.

Esta visão da CNBB pode e deve ser considerada significativa, uma vez que em muitos lugares do mundo a questão vocacional ainda é tida como periférica. Muitas são as pessoas, inclusive bispos e presbíteros, que acreditam ser possível ter uma Igreja viva e dinâmica sem um efetivo Serviço de Animação Vocacional. Há quem não priorize em suas comunidades a preocupação com as vocações, dando-se inclusive ao luxo de nem sequer inserir nos projetos pastorais a animação vocacional. Falta a tais pessoas a consciência de que a Igreja é convocada pela Trindade para convocar. Por isso mesmo, ela precisa colocar em primeiro lugar aquele serviço que lhe permita, de fato, ser “assembléia de convocados e de convocadas” e, ao mesmo tempo, Povo de Deus reunido, capaz de convocar a humanidade para o encontro com a Trindade.

Hoje, avaliando a atividade vocacional da CNBB, é possível perceber como ela foi, desde o início, sensível a este elemento teológico de fundamental importância. Mesmo estando convicta de que Deus não a deixará sem os operários e as operárias de que precisa, a Igreja no Brasil agiu sempre com a certeza de que a vocação é dom de Deus que deve ser *buscado* pela comunidade cristã. A vocação é dom, é graça, mas ela precisa ser *acolhida* e também desenvolvida. E somente o “cuidado pastoral das vocações”, com princípios teológicos bem definidos, com diretrizes práticas bem concretas, poderá oferecer

³⁰ ID., *Guia pedagógico de Pastoral Vocacional*, op. cit., p. 28.

³¹ ID., *A Pastoral Vocacional. Realidade, reflexões e pistas*, op. cit., p. 48.



à Igreja, comunidade vocacionada por Deus, a possibilidade de responder generosamente ao chamamento divino³².

Desta forma a CNBB antecipava aquilo que, mais tarde, após o Sínodo dos Bispos de 1990, João Paulo II iria consagrar e propor para toda a Igreja: a pastoral vocacional não é um acessório, não é um elemento secundário, uma parte isolada, setorial, da Pastoral Orgânica de uma Igreja local. Ela é, sim, uma dimensão “*conatural e essencial*” de toda a pastoral da Igreja. A Igreja é, na sua essência, *mysterium vocationis*; a vocação define o seu ser, dá-lhe fisionomia própria³³. Uma comunidade cristã que não se preocupa com a questão vocacional, que não dinamiza a sua dimensão vocacional, é uma comunidade eclesial sem rosto, sem identidade, completamente desfigurada

f) Presbíteros numa Igreja de servidores

Por fim, um último elemento teológico colhido no bojo da experiência vocacional da CNBB. Já tivemos a oportunidade de mostrar como, logo no início da sua animação vocacional, a Igreja no Brasil soube passar da “Obra das Vocações Sacerdotais” para um Serviço de Animação Vocacional feito de forma muito mais ampla, contemplando a diversidade e a variedade de vocações e de ministérios. Na Assembléia Geral de 1981, os bispos do Brasil foram bem explícitos em dizer que a importância e o significado da vocação específica do presbítero só podem ser entendidos plenamente no *contexto* de uma Igreja que respeita e promove o *pluralismo* de vocações e de ministérios³⁴.

Esta afirmação brotava de uma certeza fundamental: o surgimento, o incremento e o aumento das vocações para o presbiterato *dependem* deste pluralismo. Somente numa Igreja rica de variedade de ministérios e de serviços brotarão também vocações para o ministério ordenado. De fato, os vários ministérios e carismas são expressões visíveis das multiformes facetas do grande ministério que a Igreja deve exercer em favor do mundo. A presença da diversidade revela a identidade de uma Igreja que se abre à ação do Espírito, permitindo que ele possa atuar dentro dela, suscitando os dons que lhe apraz³⁵. Pelo contrário, uma Igreja centrada e concentrada no ministério do padre e do bispo, revela-se como comunidade pobre, fechada à atuação do Paráclito. Pobre de diversidade, ela será pobre também de autênticas vocações presbiterais³⁶.

³² Cf. ID., *Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, op. cit., nn. 220-223.

³³ JOÃO PAULO II, *Pastores Dabo Vobis*, n.º 34.

³⁴ Cf. CNBB, *Vida e Ministério dos Presbíteros – Pastoral Vocacional*, op. cit., n.º 244.

³⁵ Cf. *ibid.*, nn. 237 e 239.

³⁶ Cf. *ibid.*, n.º 238.



Este esforço para compreender a vocação presbiteral na perspectiva da pluralidade de vocações teve bons resultados. A primeira delas, foi a percepção de que só é possível cultivar as vocações para os ministérios ordenados a partir de uma animação vocacional que leve em conta “o cultivo multiforme das vocações”³⁷. Assim sendo, a pastoral vocacional, realizada de forma mais ampla, tendo presente a variedade e a diversidade de vocações, passa a ser considerada a primeira etapa do processo formativo dos futuros presbíteros³⁸. Somente neste tipo de pastoral vocacional será possível verificar a autenticidade da vocação para o ministério presbiteral³⁹. Outra conseqüência concreta deste esforço foi a criação, em 1978, da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (OSIB), com o objetivo de, através da cooperação mútua, prestar um serviço às instituições de formação de padres, existentes no Brasil.

3. Olhar prospectivo: para onde queremos ir?

No judaísmo e no cristianismo, o olhar retrospectivo sempre teve um significado prospectivo. Olhamos para a história, para o nosso passado, a fim de contemplarmos as maravilhas divinas e nos lançarmos confiantes para frente. Enquanto *memória* e *memorial*, a fé cristã celebra a intervenção divina no tempo, intervenção essa que continua no momento atual, no “hoje” da nossa existência, projetando-nos para o amanhã, na certeza de que o Senhor continua caminhando conosco.

Mas a ação divina requer também a nossa ação, a nossa capacidade de *vigiar*, de ler os fatos do passado à luz do momento presente, para estarmos prontos quando for preciso agir e intervir. Por isso, este breve olhar sobre a animação vocacional da CNBB, por ocasião dos seus cinquenta anos, nos dá a oportunidade de esboçar alguns elementos para o futuro. Sem aprender com a história, a celebração se esvazia, passa a ser comemoração estéril, mesmo que esteja marcada por inaugurações, selos e moedas. Vejamos, portanto, algumas indicações.

a) Cultivar o espírito de vigilância

A recordação da história da CNBB nos mostrou como ela procurou, ao longo da sua existência, estar sempre preparada para responder aos desafios

³⁷ Cf. CNBB, *Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil*. Diretrizes Básicas, Paulinas, São Paulo, 1995, n.º 43.

³⁸ Cf. *ibid.*, nn. 27-43.

³⁹ Cf. *ibid.*, n.º 30.



de cada época. Surpreende-nos o fato de que, ao surgir de cada situação nova e desafiadora, a CNBB, enquanto entidade eclesial, espaço de colegialidade e de afetividade episcopal, estava sempre pronta para enfrentar as diferentes situações. Isto prova que os nossos pastores eram pessoas bastante vigilantes, bem inseridos na realidade, capazes de detectar os “sinais dos tempos” e de encaminhar respostas concretas para cada um dos desafios. Deste modo, buscavam, concretamente, construir em nosso país uma Igreja que, de fato, fosse sacramento universal de salvação (LG, 1).

Nos últimos anos assistimos a profundas transformações na sociedade brasileira. São transformações aceleradas, velozes, provocantes. Por outro lado, é notória a incapacidade da nossa Igreja de acompanhar essas transformações. Às vezes temos a impressão de que a própria direção da CNBB encontra-se perdida, sem coragem para enfrentar os desafios. Há quem a veja mais conservadora e menos corajosa, preocupada em “negociar” com os “senhores deste mundo”. Portanto, menos profética, menos audaciosa⁴⁰.

Penso que a celebração de suas bodas de ouro deveria levar a CNBB a olhar para o seu passado, buscando forças e ânimo para um agir mais evangélico e menos diplomático. Um agir de verdadeiros discípulos de Jesus que não recuam diante da cruz e não se deixam seduzir pelas falsas promessas do poder e do dinheiro. Portanto, um comportamento mais “episcopal”, ou seja, mais vigilante, na espera do Senhor que vem a qualquer momento e deseja encontrar os seus servos acordados.

b) Mais cuidado com algumas situações

No âmbito das vocações as mudanças são muitas. O nosso contexto social, político, econômico e religioso traz sérios desafios. Não está sendo fácil, hoje, fazer animação vocacional. Os problemas se tornam cada vez mais complicados e difíceis de serem resolvidos. Somente uma animação vocacional séria, ponderada, criteriosa, bem planejada e profundamente sintonizada com o Evangelho, pode nos devolver o caminho certo.

Todos estamos percebendo a visível mudança de rumo no interior da Igreja Católica Apostólica Romana⁴¹. A tendência ao centralismo, à uniformidade, ao fundamentalismo, está provocando sensíveis mudanças nos rumos da pastoral vocacional. Volta-se a confundir a animação vocacional com “Obra das Vocações Sacerdotais”. Em muitos há a forte tentação da “casa

⁴⁰ Cf. ANTONIAZZI, A., “Presente e tendências da Igreja na sociedade atual”, em CRB, *“Há uma esperança para o teu futuro”*. Palestras da XIX AGO, Rio de Janeiro, 2001, p. 36.

⁴¹ Cf. COMBLIN, J., *Um novo amanhecer da Igreja?*, Vozes, Petrópolis, 2002.



cheia”, dos seminários abarrotados de pessoas. Neste contexto, a vocação presbiteral passa a ser vista novamente como status, privilégio, meio de sobrevivência e de fazer carreira. Fatores conjunturais se juntam e contribuem para agravar ainda mais a situação.

Até poucos anos atrás era comum o noticiário de tortura, morte, prisão de padres por estarem comprometidos com a defesa da justiça. Hoje estas notícias continuam, mas por motivos escusos, como práticas sexuais abusivas, envolvimento em situações complicadas e escandalosas. Parece-me que está na hora de aprender com o passado, enfrentando tais situações, não esperando que elas fiquem ainda mais complicadas⁴².

c) Retomar o “bom espírito” do Vaticano II

No início do ano passado, em sua Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, o papa João Paulo II colocou o Concílio Vaticano II como a *bússola* para a Igreja do início do terceiro milênio (n.º 57). Ele ressaltou a importância deste grande evento eclesial – o maior do milênio passado – para o futuro da Igreja.

A reflexão que fizemos, mostra como a CNBB, nos seus anos áureos, construiu a sua ação evangelizadora a partir das indicações concretas do Concílio Vaticano II. Por isso ela foi capaz de responder a tantos desafios e adquirir, mesmo no âmbito da sociedade civil, uma grande credibilidade. Atualmente nota-se a paulatina perda desta credibilidade. O que ainda existe pode ser considerado apenas “juros” de uma “conta” aberta no passado, cujo “capital” já se esgotou há um bom tempo.

Mesmo com as necessárias diferenças e com as possíveis mudanças, urge, ao meu ver, retomar o *bom espírito* do Vaticano II. No que diz respeito ao nosso tema, essa retomada poderia significar algo bem simples, mas, por isso mesmo, revolucionário e transformador. Trata-se do conceito e da experiência da Igreja *Povo de Deus*, servidora da humanidade⁴³. Uma Igreja onde os caminhos para a santidade são inúmeros e todos eles significativos. Se tivéssemos coragem de fazer essa retomada, certamente iríamos ter uma Igreja bem diferente, mais decidida, mais pobre, mais livre e mais comunicadora da verdade.

⁴² Cf. NASINI, G., *Um espinho na carne*. Má conduta e abuso sexual por parte de clérigos da Igreja Católica no Brasil. Visão geral das questões relacionadas e pertinentes, Santuário, Aparecida, 2001.

⁴³ A este respeito veja-se COMBLIN, J., *O povo de Deus*, Paulus, São Paulo, 2002.



d) Promover todas as vocações e todos os ministérios

Talvez o maior desafio para o futuro da nossa Igreja seja acreditar e assumir este modelo de Igreja, o único que certamente poderá nos colocar no caminho certo para uma verdadeira “nova evangelização”. Mas desafio ainda maior será tornar concretas algumas práticas que estão implícitas nesta experiência eclesial. Entre elas desejo destacar aquilo que foi retomado recentemente pelo papa João Paulo II: a promoção de todas as vocações e ministérios que brotam da riqueza da consagração batismal⁴⁴.

Nisto, como vimos, a Igreja no Brasil possui vasta experiência. Diante da recente onda de supervalorização do ministério presbiteral, certamente é chegado o momento de retomar toda a nossa riqueza neste campo. O papa pede que a Igreja deste início de milênio dinamize e impulsione os ministérios não-ordenados e a vocação dos cristãos leigos e das cristãs leigas. A CNBB tem uma verdadeira tradição neste campo tão significativo. O documento sobre a missão e os ministérios dos cristãos leigos e leigas⁴⁵ não pode permanecer letra morta.

Conclusão: superar a “esclerose eclesiástica”

O passado da CNBB está carregado de muitas lições. Há uma enorme riqueza na sua práxis e na sua história. Os seus documentos são ricos e preciosos. Mas tenho percebido que, mais recentemente, estamos padecendo de uma certa “esclerose eclesiástica”. Não sei se de propósito ou por falta de memória, estamos esquecendo a riqueza do nosso passado. A distância cada vez maior do Concílio Vaticano II está levando muita gente a “jogar no lixo” verdadeiras preciosidades que não podem de forma alguma permanecer esquecidas, uma vez que isso poderia significar a morte de um modelo de Igreja mais próximo do Evangelho.

Sem memória, sem memorial, não existe futuro. Haverá retorno de coisas velhas, caducas, ultrapassadas, mais próximas da idolatria, distantes da verdade. Por isso, creio que a melhor maneira de celebrar os cinquenta anos da CNBB

⁴⁴ JOÃO PAULO II, *Novo Millennio Ineunte*, n.º 46.

⁴⁵ CNBB, *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*, Paulinas, São Paulo, 1999.



seria redescobrir todo o tesouro que ela acumulou ao longo deste período. A partir desta redescoberta, verificar corajosamente a nossa atual prática pastoral. Animados e animadas pelo exemplo de uma “grande nuvem de testemunhas” (Hb 12,1) poderíamos pensar e projetar um futuro para a nossa ação evangelizadora. Um futuro mais comprometido com os excluídos e com as excluídas, libertador, profético, transformador. Um futuro jovem para uma Igreja jovem, aberta ao Espírito, que faz “novas todas as coisas” (Ap 21,5). Uma Igreja em condições de dialogar com o tempo presente, e portanto, em condições de fazer o anúncio da Boa Notícia aos homens e às mulheres que vivem em nossa época.

Endereço do Autor:

CNBB
SE/Sul Quadra 801 Conjunto “B”
70401-900 Brasília DF
Caixa Postal 02067 (CEP 70259-970)
e-mail: cnbb@cnbb.org.br



O presente texto trás uma reflexão histórica da organização da juventude dentro da Igreja Católica. Inicia relatando a relação da Igreja com os jovens ainda antes do surgimento da Pastoral da Juventude e os primeiros anos da organização da PJ orgânica. Em seguida, concentra a reflexão sobre os passos dados para a criação da PJ em Santa Catarina, e apresenta o momento atual do projeto da Pastoral da Juventude no Regional Sul IV. Um aspecto particular tratado pelo autor provoca discussão e trás um novo olhar sobre a espiritualidade do jovem hoje. O artigo quer ser um instrumento para fortalecer a reflexão sobre a Igreja no mundo Juvenil, no ano em que a PJ completa, em Santa Catarina, 20 anos de Caminhada.

Pastoral da Juventude – Igreja no mundo juvenil

“O jovem aproximou-se de Jesus e perguntou:
O que devo fazer para conseguir a vida eterna?...
Jesus olhou atentamente para ele e o amou”

(Mc 10, 17-21).

Vanduir Matias Deters

Coordenador das Pastorais da Juventude
da CNBB/Regional Sul IV